



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Coordenadoria de Relações
Institucionais – CESAN

Terezinha de Jesus S. R. Vanzo

LEI 11.445 de 05/01/07

Lei De Regulamentação do Setor de Saneamento Básico

Marco Regulatório p/ o Setor de Saneamento no Brasil

- A Lei define o Saneamento Básico com: Conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas
- Estabelece que os titulares dos serviços deverão formular a Política Pública de Saneamento Básico e elaborar o(s) respectivo(s) Planos Municipais e/ou Regionais de Saneamento Básico

Principal Instrumento para o Planejamento e a Gestão do Saneamento Básico, em Âmbito Municipal

Conteúdo dos Planos Municipais de Saneamento Básico

Deve abranger, no mínimo:

- Diagnóstico da situação de Saneamento Básico do município - verificar deficiências através de indicadores
- Estudo Técnico-financeiro visando à prestação universal dos serviços
- Designar entidade Regulatória e de Fiscalização
- Estabelecer prognóstico e alternativas para Universalização dos serviços e definição de metas e objetivos a curto, médio e longo prazo
- Definição de programas, projetos e ações de emergência e contingência
- Mecanismos e procedimentos de avaliação sistemática - a cada 4 anos

Porque Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico e Quais os Benefícios

- Fornece diretrizes e estudos para viabilização de recursos
- Define programa de Investimentos e Cronograma de Metas organizado
- Maior segurança hídrica, prevenção de doenças, redução de desigualdades preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico
- É exigido pela Lei 11.445/07
- Planeja ações do município na direção da universalização do atendimento
- A não elaboração do PMSB no prazo poderá trazer restrições para Obtenção de Recursos Federais para Investimentos no Setor de Saneamento

Planos Municipais de Saneamento Básico

EIXO ÁGUA E ESGOTO

ELABORAÇÃO CESAN

Introdução do PMSB

1. Apresentação

2. Introdução

3. Objeto

4. Fundamentação Legal Do Plano

4.1. Lei de Diretrizes Nacional de Saneamento Básico – Titularidade

Caracterização do Município

5. Caracterização do Município

5.1. História

5.2. Localização e Área

5.3. Principais Rotas de Acesso

5.4. Turismo

5.5. Aspectos Físico-ambientais

5.5.1. Relevo

5.5.2. Clima

5.5.3. Hidrografia

Caracterização do Município

6. Caracterização das Bacias Hidrográficas

7. Monitoramento das Águas

8. Vegetação

8.1. Áreas Protegidas

9. População

10. Aspectos Econômicos

Caracterização do Município

11. Infraestrutura Urbana

11.1. Ordenamento Urbano

11.2. Habitação

11.3. Sistema Viário

11.4. Mobilidade e Transporte Urbano

11.5. Recursos Comunitários

11.6. Energia Elétrica

11.7. Saneamento Básico

11.8. Saúde

11.9. Resíduos Sólidos e Limpeza Pública

Gestão da CESAN

12. Mobilização Social e Educação em Saneamento Ambiental

13. Controle Social

**14. Gestão Pública Do Saneamento No Estado Do Espírito Santo
- Situação Institucional**

14.1. Perfil da CESAN

14.2. Estrutura de Governança da CESAN

14.3. Certificação de Qualidade: Histórico da Excelência

14.4. Gestão Social

14.5. Programa Águas Limpas

15. Licenciamento Ambiental e Outorga

Diagnóstico Técnico do Abastecimento de Água

16. Diagnóstico Técnico do SAA

16.1. Disponibilidade Hídrica

16.2. Sistemas de Abastecimento de Água Existente

16.2.1. Captação

16.2.2. Estação de Tratamento de Água

16.2.3. Reservação E Adutora de Água Tratada

16.3. Qualidade da Água

16.3.1. Análise na ETA

16.3.2. Índice de Qualidade da Água - IQA

16.4. Índice de Atendimento e de Cobertura de Água

Diagnóstico Técnico do Abastecimento de Água

16.5. Pontos Críticos no Abastecimento de Água

16.5.1. Deficiência e Intermitência no Abastecimento

16.5.2. Perdas de Água

16.5.3. Balanço Hídrico

16.5.4. Indicadores de Perdas

16.5.5. Controle e Redução de Perdas

16.5.6. Índices de Acompanhamento do Programa de Controle e Redução de Perdas

16.6. Gerenciamento dos Impactos Sociais e Ambientais nos SAA

Diagnóstico Técnico do Esgotamento Sanitário

17. Diagnóstico Técnico do SES

17.1. Sistemas de Esgotamento Sanitário Existente

17.1.1. Rede Coletora

17.1.2. Estações Elevatórias

17.1.3. Estação de Tratamento (ETE)

17.2. Índice de Atendimento e Cobertura

17.3. Adesão a Rede Coletora

17.4. Gerenciamento dos Impactos Sociais e Ambientais

Diagnóstico Técnico das Localidades de Pequeno Porte

18. Diagnóstico dos Sistemas de Água e Esgotamento de Esgoto em Localidades de Pequeno Porte

18.1. Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na Área Rural

19. Estudo ee Projeções e Demandas

19.1. Metodologia e Parâmetros de Projeto

19.2. Projeção de Demanda de Vazão

Prognóstico

20. Ações Propostas para o Sistema de Abastecimento de Água

(Captação; Estações de tratamento;
Reservação/Aduadoras; Distribuição)

20.1. Ações para Controle e Redução de Perdas

21. Ações Propostas para o Sistema de Esgotamento Sanitário

(Redes Coletoras; Estações Elevatórias; Estações de Tratamento)

22. Plano de Metas Para SAA e SES

22.1. Sistemas de Abastecimento de Água

22.1.1. Ampliação e Melhoria do SAA Existente

22.1.2. Ampliação do Índice de Cobertura

22.1.3. Redução de Perda na Distribuição

22.1.4. Melhorias na Intermitência

22.2. Sistemas de Esgotamento Sanitário

22.2.1. Ampliação e melhoria do SES Existente

22.2.2. Ampliação do Índice de Cobertura

23. Plano de Investimentos

Ações

24. Ações de Emergência e Contingência

25. Regulação como Instrumento de Controle

Indicadores

26. Indicadores de Qualidade dos Serviços

26.1. Índice de Desempenho de Construção

26.1.1. Índice de Disponibilidade de Infraestrutura

26.1.1.1. Número de Ligações Disponibilizadas (IDL)

26.1.1.2. Fator de Segurança em Tratamento (IDST)

26.1.2. Índice de Qualidade de Infraestrutura

26.1.2.1. Índice de Frequência de Acidentes (IFA)

26.1.2.2. Reclamações de Clientes e Órgãos Públicos Referente à Obra em Geral (IQRC)

26.1.2.3. Reclamações de Clientes e Órgãos Públicos Referente ao Pavimento (IQRCP)

26.1.2.4. Regularidade Ambiental de Sistemas de Tratamento Fase Obra (IQRA)

Indicadores

26. Indicadores de Qualidade dos Serviços

26.2. Índice de Desempenho de Operação

26.2.1. Índice de Eficiência Operacional

26.2.1.1. Remoção de Carga Orgânica (IRDBO)

26.2.1.2. Disponibilidade das EEEs (IEODE)

26.2.1.3. Extravasamentos de Esgotos Sanitários (IEO3)

26.2.1.4. Obstrução de Ramais (IEOR)

26.2.1.5. Controle de Ocorrência de Odores (IEO)

26.2.1.6. Índice de Ligações Conectadas (IEOLC)

26.2.2. Índice de Qualidade Operacional (IQO)

26.2.2.1. Tempo Médio de Atendimento a Solicitações na Rede de Esgoto (IQOTA)

26.2.2.2. Satisfação Geral na Prestação de Serviços de Esgotamento (IQOSG)

26.2.2.3. Satisfação por Ordem de Serviço (IQOSS)

26.2.2.4. Regularidade Ambiental de Sistemas de Tratamento - Fase Operação (IQORA)

Considerações Finais

30. Revisão Periódica do PMSB

31. Considerações Gerais sobre Sustentabilidade Hídrica

32. Conservação dos Ecossistemas Florestais e dos Recursos Hídricos – Atuação da CESAN

32.1. Projeto de Cooperação Técnica

32.2. Projeto Institucional CESAN

33. Compatibilização o PMSB com a Política e o Plano Estadual de Recursos Hídricos

34. Fontes de Financiamento dos Serviços Públicos de Saneamento Básico

35. Referências

OBRIGADO

Companhia Espírito Santense de Saneamento
Coordenaria de Relações Institucionais

Terezinha de Jesus S. R. Vanzo
e-mail: terezinha.vanzo@cesan.com.br
www.cesan.com.br